

Actualização pressuposicional de contextos

Joaquim Barbosa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

1. O que é a pressuposição

Consideremos (1)

(1) Óscar Lopes é o autor da *Gramática Simbólica do Português*.

Que informação é veiculada pela enunciação desta frase? Que alterações provoca este enunciado no saber dos meus ouvintes?

Produzida perante uma audiência de linguistas esta afirmação não oferece nada de novo: todos conhecemos a obra do Prof. Óscar Lopes. Mas imaginemos que estou a falar perante um auditório que conhecendo Óscar Lopes e a *Gramática Simbólica do Português*, desconhece a relação entre ambos. Neste caso (1) veicula uma informação nova que corresponde à proposição asserida.

Aceitemos ainda, por absurdo, a possibilidade de um auditório que desconheça a existência de Óscar Lopes e da sua obra. Neste caso o enunciado só poderá ser interpretado se for assumido, pelo menos, que (2) e que (3):

(2) Existe um (indivíduo que se chama) Óscar Lopes.

(3) Existe uma (obra que se chama) *Gramática Simbólica do Português*.

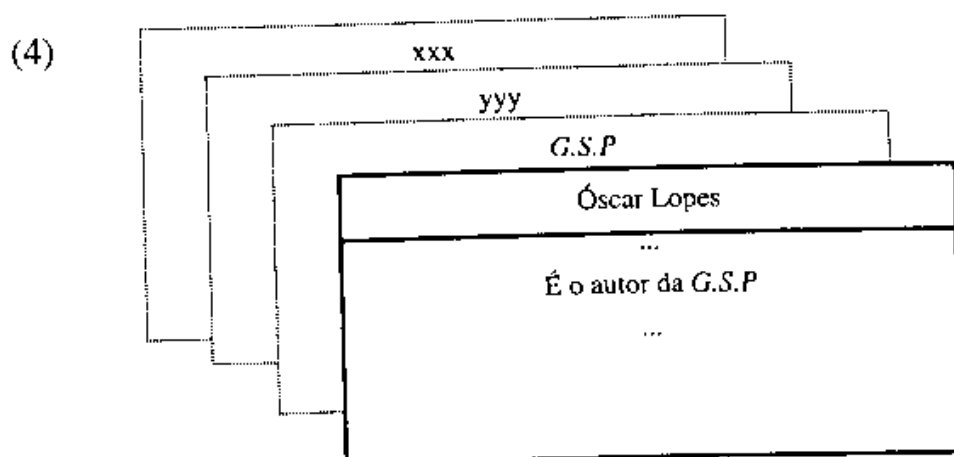
Mas não me parece que para asserir (1) tenha de me preocupar com o saber dos meus ouvintes relativamente a (2) e (3): se conhecem (2) e (3), esta informação será desprezada; se não conhecem, o seu saber será actualizado, porque ao informar que (1), informei igualmente que (2) e que (3).

A esta informação, necessária à interpretação do enunciado, que é introduzida no contexto da interpretação simultaneamente com a asserção e por ela despoletada,¹ chamamos *pressuposição*.

Se imaginarmos o saber de cada um de nós como um catálogo que vamos actualizando quer acrescentando novas fichas, quer alterando as fichas existentes, podemos dizer que os meus ouvintes para quem (1) não dissesse nada de novo não

¹ Sobre o uso de *despoletar* vd. Barbosa. (1997:18)

precisariam de proceder a actualizações; aqueles que desconhecessem que Óscar Lopes é o autor da *Gramática Simbólica do Português* teriam de alterar as fichas de Óscar Lopes e da *Gramática Simbólica do Português* de modo a estabelecer a respectiva ligação; aqueles que porventura desconhecessem a existência de Óscar Lopes e da *Gramática Simbólica do Português* teriam de acrescentar uma ficha para Óscar Lopes e outra para *Gramática Simbólica do Português* donde constasse a relação entre ambos, como em (4).



Sendo intuitivo que a pressuposição é um actualizador contextual, já que é utilizada frequentemente para introduzir informação nova, não tem sido fácil encontrar os modelos que descrevam adequadamente esta intuição. Neste trabalho procurarei mostrar sucintamente os dois modelos que, até agora, melhor descrevem este processo, tendo consciência de que não poderei mais do que aflorar levemente alguns dos problemas que levantam.

2. Pressuposição e outras inferências

Como diz Bart Geurts (1999:6), “É difícil encontrar qualquer classe de inferência linguística ou para-linguística que num ou outro momento não tenha sido alcunhada de «pressuposicional»”. É possível, no entanto, apontar algumas propriedades distintivas.

2.1. Pressuposição e Implicação Estrita

Consideremos (5) que corresponde à negação de (1):

(5) Óscar Lopes não é o autor da *Gramática Simbólica do Português*.

Facilmente verificaremos que as inferências (2) e (3) se mantêm. A negação da asserção não afecta as suas pressuposições. A sobrevivência na negação – uma das suas características clássicas – distingue a pressuposição da implicação estrita

(implicação lógica). Nos exemplos seguintes poder-se-á ver, com mais clareza, a diferença entre as duas inferências.

A enunciação de (6) implica estritamente (7) e (8) e pressupõe (9) e (10).

- (6) A Ana e a Fátima são linguistas.
- (7) A Ana é linguista.
- (8) A Fátima é linguista.
- (9) Existe uma Ana.
- (10) Existe uma Fátima.

Consideremos agora (11):

- (11) A Ana e a Fátima não são linguistas.(= não é verdade que (6))

A negação de (6) afecta as inferências (7) e (8) – se (6) for falsa, pelo menos uma de (7) ou (8) é falsa – mas não afecta (9) ou (10), já que a afirmação da existência da Fátima e da Ana não é posta em causa.

Consideremos ainda (6) encaixada sob o escopo de alguns operadores modais:

- (12) Provavelmente a Ana e a Fátima são linguistas.
- (13) Possivelmente a Ana e a Fátima são linguistas.
- (14) Talvez (seja o caso que) a Ana e a Fátima são linguistas

Estes operadores não põem em causa as pressuposições (9) e (10), mas cancelam as implicações estritas (7) e (8).

2.2 Pressuposição e Implicatura Conversacional

Consideremos o diálogo (15):

- (15) A – Outra vez atrasado?!
- B – Sabes como é o trânsito na Boavista ...

Deste diálogo parece lícito inferir que a causa do atraso de A é o modo como se processa o trânsito na Boavista. Mas esta inferência não tem, como sabemos, origem nas propriedades semânticas dos enunciados, mas na aceitação de que estão a ser cumpridos alguns princípios que parecem reger a interacção verbal. A este tipo de inferência chamamos, de acordo com Grice, *implicatura conversacional*.

Podemos, contudo, continuar o diálogo (15):

- (16) A – Mas tu não vens pela Boavista ...
- B – Nem disse que venho ...

E ficamos sem saber a razão do atraso. Dizemos que a inferência foi cancelada. A *cancelabilidade* é uma das propriedades características das implicaturas conversacionais. Pelo contrário, o cancelamento da pressuposição parece só ser possível em circunstâncias especiais. Veremos mais adiante que a tendência actual é para considerar que a pressuposição nunca é cancelada, mas apenas suspensa se a informação por ela veiculada não é necessária à interpretação dos enunciados.

3. O Problema da Projecção

Nos exemplos anteriores as pressuposições apontadas foram despoletadas pela utilização de expressões definidas. Outros exemplos clássicos de despoletadores pressuposicionais são os verbos factivos, os verbos aspectuais, as frases clivadas e as condicionais contrafactuais.²

- (17) Bill lamenta / não lamenta ter conhecido Mónica no Salão Oval.
>> (pressupõe que) Bill conheceu Mónica no Salão Oval.
- (18) Mónica continuou / não continuou a frequentar o Salão Oval.
>> Mónica frequentou a Salão Oval.
- (19) Foi / Não foi a Mónica que esteve no Salão Oval.
>> Alguém esteve no Salão Oval.
- (20) Se Mónica não tivesse entrado no Salão Oval, Bill não teria corrido o risco de ter de sair de lá.
>> Mónica entrou não Salão Oval (negação do antecedente).

Estes exemplos mostram ainda outra das características clássicas da pressuposição: a sua tendência para sobreviver em frases complexas.

Há contudo construções em que a informação pressuposicional parece não ser preservada: a enunciação de (21) pressupõe claramente (22); no entanto, encaixada numa condicional como (23), a pressuposição parece perder-se.

- (21) A mulher de Bill está triste.
- (22) Bill é casado.
- (23) Se Bill₁ é casado, a mulher dele₁ deve estar triste.

Outros exemplos com o mesmo comportamento:

- (24) Bill disse / não disse ter conhecido Mónica no Salão Oval.
- (25) Bill pensa / não pensa ter conhecido Mónica no Salão Oval.
- (26) Bill considera / não considera ter conhecido Mónica no Salão Oval.

² Levinson (1983:181) transcreve um manuscrito, não publicado, de Karttunen com uma larga enumeração de despoletadores pressuposicionais.

Ao contrário de (17), nenhum destes enunciados pressupõe que Bill conheceu Mónica no Salão Oval

Descrever o comportamento da pressuposição em frases complexas tem sido o objectivo central da maior parte das investigações sobre a pressuposição. Esta questão ficou conhecida como o *Problema da Projectão da Pressuposição*.

A primeira investigação sistemática sobre o assunto foi apresentada em 1973 por Lauri Karttunen que considera três tipos de predicados: *rolhas*, que barram o caminho a todas as pressuposições, de que são exemplo os verbos de discurso indirecto ou certos verbos de atitude, como nos exemplos (24)-(26); *buracos*, que deixam passar todas as pressuposições, como a negação, os operadores modais e os verbos factivos e aspectuais mostrados nos exemplos (17)-(20); e *filtros*, operadores que bloqueiam ou deixam passar as pressuposições de acordo sobretudo com a forma lógica da frase. São filtros a condicional (\rightarrow) a conjunção (\wedge) e a disjunção (\vee).

Vimos que as condicionais como (23) parecem impedir a projecção da pressuposição do conseqüente, mas isto não acontece em todas as condicionais. Consideremos algumas variantes:

(27) Se Bill₁ conheceu Mónica, a mulher dele₁ deve estar triste.

>> Bill é casado (do conseqüente)

(28) Se a mulher de Bill₁ sabe, ele₁ está em maus lençóis

>> Bill é casado (do antecedente)

Ao contrário de (23), (27) e (28) pressupõem que Bill é casado. Considera Karttunen que o facto de em (23) aquela informação ser introduzida pelo antecedente impede que a pressuposição do conseqüente seja projectada para a condicional. Comportamento idêntico se verifica nas conjunções e na disjunções: sempre que existe uma relação de implicação estrita entre o primeiro membro (ou, na disjunção, a sua negação) e o segundo membro, a pressuposição não é projectada no todo.

Posteriormente vai ainda mais longe considerando que o importante não é definir um modelo de projecção das pressuposições em frases complexas, mas sim definir o conceito de *satisfação* para as frases complexas sem ter necessidade de calcular explicitamente as suas pressuposições.

(29) Context X satisfies-the-presuppositions-of A just in case X entails all of the basic presuppositions of A [Karttunen 1974:184].

4. Pressuposição e contexto

É contudo fácil verificar que esta formulação não descreve a intuição de que a pressuposição introduz informação nova no contexto. De facto, de acordo com (29), seria necessário que os meus ouvintes soubessem que sou casado para que eu pudesses dizer:

(30) A minha mulher acaba de chegar.

Contudo, no momento de enunciação de (30) o contexto (o conjunto de saberes dos meus ouvintes) pode não satisfazer a pressuposição de que sou casado sem que isso prejudique a sua interpretação.

Durante os anos setenta foram apresentadas diversas propostas de resolução do Problema da Projecção, algumas delas completamente distintas e, inclusivamente assentando em diferentes noções de pressuposição. Bart Geurts (1999:5) lembra, com algum humor, que um dos pioneiros, Lauri Karttunen, apresentou no espaço de seis anos três teorias inconsistentes entre si, quer técnica quer conceptualmente.

A partir de meados dos anos oitenta, no entanto, começou a gerar-se algum consenso acerca da noção de pressuposição, sendo hoje aceite (quase por toda a gente) que expressões pressuposicionais como (1), ou (30), por exemplo, servem para indicar que determinada informação, (a informação pressuposta) é considerada como dada. É também comumente aceite que o tratamento do problema da projecção só pode ser tentado no quadro de teorias dinâmicas do significado, como as de Irene Heim e Rob van der Sandt de que falarei a seguir.

5. Acomodação contextual

A metáfora do catálogo que usei no início desta comunicação foi introduzida por Irene Heim na abordagem da transformação contextual (*file change semantics*)³ na sua tese de doutoramento (Heim 1982)⁴ e, mais tarde, utilizada no estudo da pressuposição, (Heim 1983b). Heim considera que a enunciação de uma frase F num contexto c , altera c incrementando-o com as proposições veiculadas por F . Neste sentido, uma frase F é uma função – a que Heim chama Potencial de Transformação do Contexto (*Context Change Potential, CCP*) – que transforma o contexto c em que é asserida.

$$(31) \text{CCP}(F,c) = c \cup \{F\}$$

O Potencial de Transformação do Contexto de uma frase complexa é calculado de forma composicional a partir dos CCPs dos seus constituintes (cf. Heim 1992:185). Tal como Karttunen (1974), Heim considera que o contexto inicial de interpretação de uma frase vai sendo incrementado para satisfazer, localmente, cada um dos constituintes num movimento da esquerda para a direita acompanhando linearmente a produção da enunciação.

Considerando que o CCP de uma frase F contendo despoletadores pressuposicionais só é definido para um contexto c se c satisfizer as pressuposições de F – “as

³ Para uma explicação do uso de *catálogo*, em vez de *ficheiro*, para traduzir *file*, vd. Barbosa (1987:82)

⁴ Resumida em Heim (1983a)

condições de admissibilidade são condições de definitude do CCP” [Heim 1983b:119]. – Heim tem consciência de que, tal como as teorias anteriores – não dinâmicas – este modelo não permite a entrada de pressuposições que não pertençam já ao contexto. A frase (1), por exemplo, não poderia ser interpretada num contexto que não contivesse já a informação da existência de um indivíduo chamado Óscar Lopes.

Vimos já, no entanto, que não é assim que as coisas se passam: perante (1) o ouvinte que desconheça a pressuposição correspondente o que faz é cooperar acrescentando a informação pressuposta ao seu saber processando (1) sem problemas. Ou seja, e utilizando um termo introduzido David Lewis (1979), o que o meu ouvinte fez foi *acomodar* a informação pressuposta.

Embora mantenha a exigência de um contexto que satisfaça a pressuposição, Heim admite contudo que “*em certas condições*”, o contexto possa ser *arranjado* para cumprir essa exigência (Heim 1992:185). Assim, o ouvinte de (1) que desconheça a existência de Óscar Lopes acrescentará a informação pressuposta ao contexto e processará o enunciado como que fingindo que já a conhecia.

Se quisermos utilizar de novo a figura (4) podemos dizer que, um ouvinte que ignorasse a existência de Óscar Lopes, acrescentaria ao seu catálogo uma ficha com a referência “Óscar Lopes” para nela poder anotar a proposição “É o autor da *Gramática Simbólica do Português*”. Com a reparação do contexto, a felicidade da enunciação de (1) é restaurada; ou melhor – para estar de acordo com a formulação de Heim – com a reparação, o contexto torna-se capaz de aceitar com felicidade a enunciação de (1) uma vez que passou a implicar estritamente (2). Como diz Van der Sandt (1988: 144), “*A regra subjacente parece ser que na eminência de inconsistência, o contexto é acomodado de forma a que a pressuposição parece não existir*”.

Consideremos agora (32):

(32) Existe uma *Gramática Simbólica do Português* e Óscar Lopes é o autor da *Gramática Simbólica do Português*.

O segundo membro da conjunção corresponde a (1) e pressupõe, como já vimos, (2) – *existe um (indivíduo que se chama) Óscar Lopes* – e (3) – *existe uma (obra que se chama) Gramática Simbólica do Português*.

De acordo com a Teoria da Satisfação – como é conhecida a proposta de Heim – o contexto só admitirá (32) se já contiver (2) uma vez que (3) é introduzida no contexto pelo primeiro membro da conjunção. Se admitirmos, como já fizemos anteriormente, que o contexto de interpretação – o saber dos meus ouvintes – não inclui a informação (2), esta informação será, de acordo com a teoria, acomodada no contexto para que (32) possa ser asserida com felicidade.

Primeira questão: para que ponto da estrutura de (32) deve ser movida a informação (2)? Podemos mover (2) para o ponto mais à esquerda de (32) e teremos:

- (33) *Existe um (indivíduo que se chama) Óscar Lopes e existe uma GSP e Óscar Lopes é o autor da GSP.*

Dizemos que a pressuposição foi acomodada globalmente. No entanto, sem perda de sentido, podemos fazer uma acomodação local – à esquerda do segundo membro da conjunção, o que necessita para pressuposição para ser interpretado.

- (34) *Existe uma GSP e Existe um (indivíduo que se chama) Óscar Lopes e Óscar Lopes é o autor da GSP.*

Ainda que na teoria se diga que há uma preferência pela acomodação global, parece-me que a interpretação mais intuitiva seria a da acomodação local, algo como (35):

- (35) *Existe uma GSP_i e existe e indivíduo que se chama Óscar Lopes que é o seu_i autor.*

A preferência pela acomodação local parece estar presente nas propostas de David Beaver – um dos seguidores de Heim – quando diz que locutor e alocutário (autor e leitor no texto de Beaver (1999:9)), vêm a evolução do saber comum (*common ground*) como um processo iterativo “*uma vez que o saber comum proporciona a cada instante o contexto em que uma sequência de texto é interpretada, e é o efeito desta interpretação que determina qual o saber comum em que será interpretado a sequência seguinte*”

Refinando a formulação do Potencial de Transformação de Contexto, de Heim, Beaver considera que perante a ocorrência de uma fórmula ϕ , um contexto de entrada (*input context*) σ é actualizado pela informação veiculada por ϕ produzindo um contexto de saída (*output context*) τ .

Ou seja,

- (36) $\sigma [[\phi]] \tau$

Segunda questão: como pode o alocutário saber que está a tomar a decisão certa ao *reparar* o contexto desta ou daquela forma? Não o sabendo, terá de optar por um de vários estados parciais de informação e assumir que é esse que é assumido pelo locutor.⁵ Por outro lado, aceitando que a acomodação contextual só se pode fazer em certas condições, teremos de aceitar igualmente que em outras condições as pressuposições serão canceladas. Em que condições se pode ou não fazer a acomodação?

⁵ David Beaver (1993:55) diz que, nesta perspectiva, a acomodação é uma operação de filtragem de alternativas epistémicas.

Beaver, no trabalho referido, defende que quando uma informação é acomodada, o locutário/leitor olha não só para o registo do que foi dito, mas também por detrás do que foi dito, num processo de reconstrução das assunções e intenções do locutor/autor. A reconstrução do raciocínio do locutor/autor envolverá necessariamente informação de origem não-linguística nomeadamente informações pertencentes ao senso comum dos falantes.

6. Pressuposição e anáfora

No final da década de oitenta, Rob van der Sandt (1987) apresenta um modelo que veio alterar completamente o tratamento da pressuposição e que, juntamente com o modelo de Irene Heim, continua a ser objecto de estudo e desenvolvimento. Apercebendo-se que a projecção da pressuposição e a resolução da anáfora apresentam semelhanças, Van der Sandt considera que *“a projecção da pressuposição e a resolução da anáfora não devem ser tratadas por mecanismos separados. Esta proposta aplica-se basicamente a todos os casos paradigmáticos da pressuposição”*. [Van der Sandt 1992:342].

Consideremos (37) e (38):

(37) Se a Maria tem um filho, o *seu filho* é feliz.

(38) Se a Maria tem um neto, o *seu filho* é feliz.

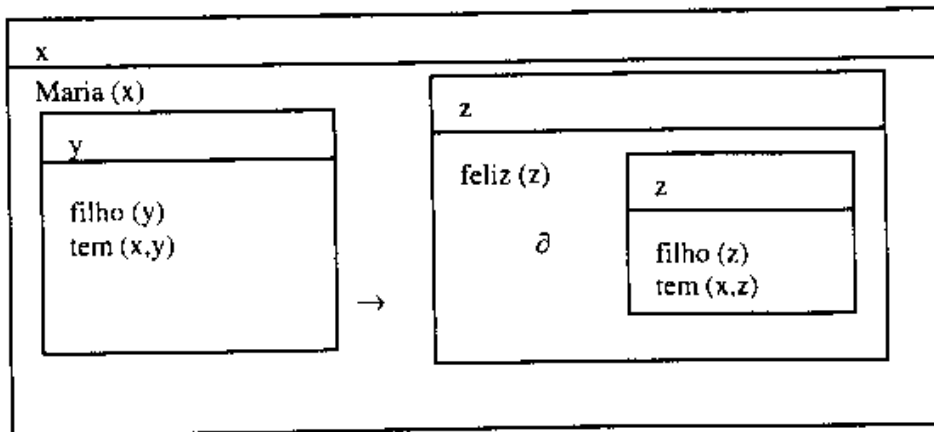
Nas duas frases o conseqüente da condicional pressupõe que “a Maria tem um filho”. Todavia, a pressuposição só é preservada em (38) porque em (37) o antecedente da condicional introduz no discurso uma entidade – o filho de Maria – que vai funcionar como antecedente da anáfora que ocorre no conseqüente.

Em (38) a anáfora não tem antecedentes a que possa ligar-se. O contexto tem, por isso, de ser reparado com a acomodação da informação pressuposta – a Maria tem um filho – para que a frase possa ser enunciada com felicidade. Por isso esta frase preserva a leitura pressuposicional: a consideração da pressuposição é necessária à interpretação da frase, o que não se passa em (37).

Van der Sandt trata o problema da projecção da pressuposição no quadro da Teoria da Representação Discursiva (*Discourse Representation Theory*, DRT) de Kamp e Reyle, (1993). A construção das DRS é feita de forma incremental à medida que o discurso é processado. O discurso é considerado como um *“conjunto finito de frases cada uma das quais “despoleta” uma ou mais representações”*. (Van der Sandt 1987:319).

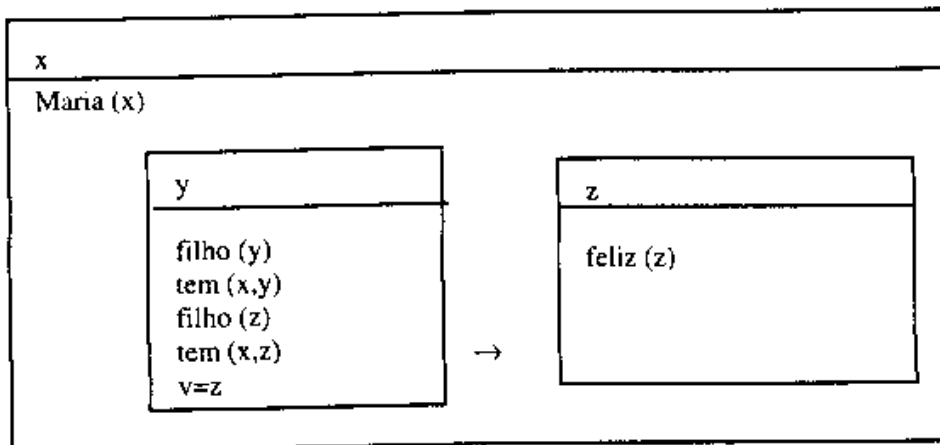
O discurso (37) pode ser representado pela DRS (39).

(39)



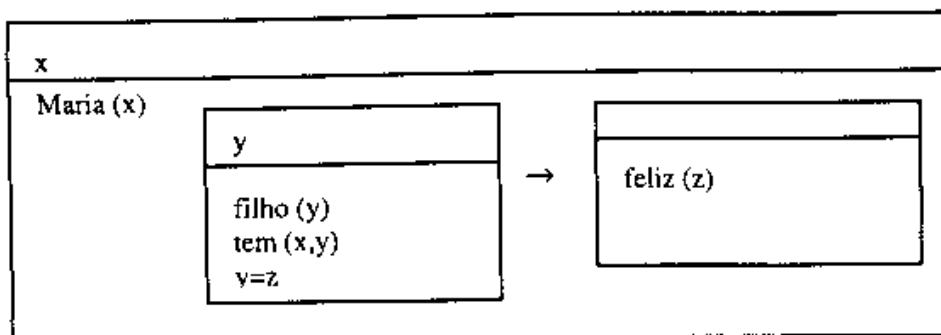
A DRS- ∂ representa a pressuposição despoletada pelo conseqüente de (37). O antecedente acessível ao referente z é o referente y do antecedente da condicional. A ligação é feita pela fusão da DRS pressuposicional com a DRS que contém o antecedente.

(40)



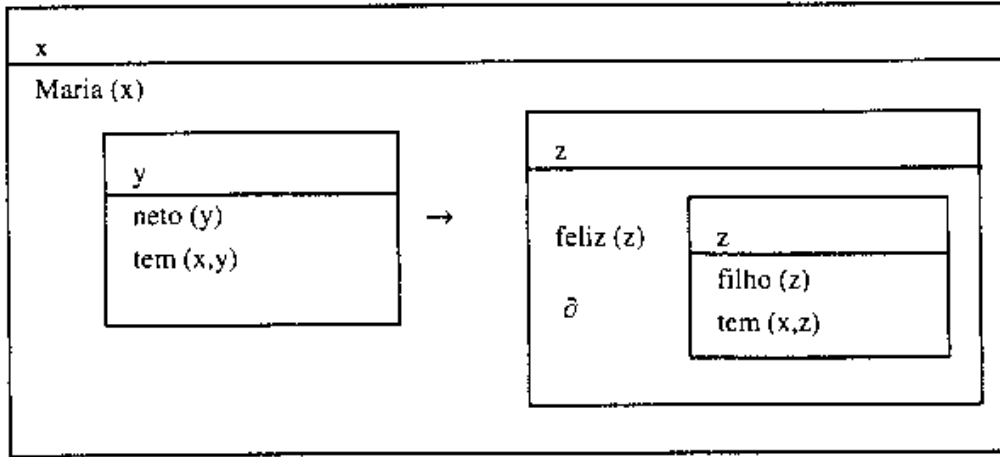
Simplificando:

(41)



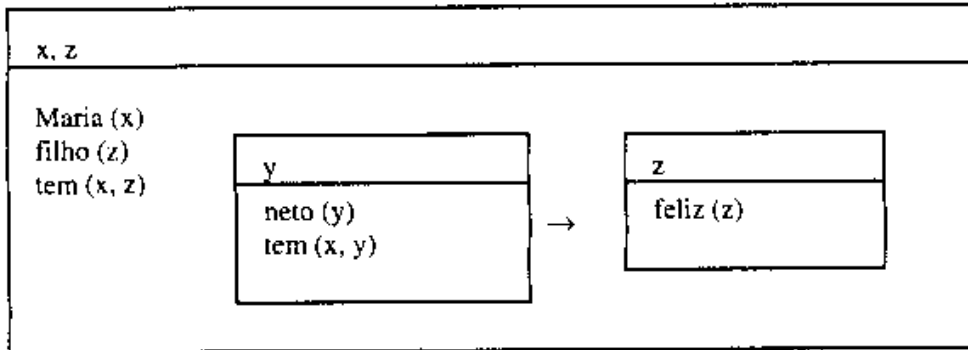
Dizemos que a pressuposição foi resolvida porque encontrou um antecedente acessível. Mas o que acontece quando isso não é possível, como em (38), representado em (42)?

(42)



Aqui, o referente z da DRS- δ pressuposicional não pode ligar-se a qualquer dos antecedentes presentes: x ou y . Neste caso, DRS pressuposicional vai fundir-se coma DRS principal fornecendo assim um antecedente acessível a z .

(43)



Não tendo sido encontrado um antecedente possível, a pressuposição foi acomodada numa posição tal que permita a resolução da anáfora. Neste modelo, dizer que uma frase complexa herda as pressuposições das suas constituintes quer dizer que a informação pressuposta foi acomodada no nível mais alto da estrutura discursiva, num processo de reparação do contexto de forma a estabelecer uma cadeia anafórica; dizer, por outro lado, que uma pressuposição elementar foi cancelada, equivale a dizer que existe um antecedente que absorveu o seu conteúdo descritivo. Ou seja, a pressuposição nunca é cancelada, mas sim resolvida.

7. Alguns problemas

Ainda que considerada a teoria que empiricamente mais se adequa à descrição da projecção da pressuposição, a Teoria da Ligação – como lhe chama Bart Geurts – continuam por resolver alguns problemas ligados à pressuposição. Daí alguns os desenvolvimentos que têm surgido. Vou referir apenas dois deles.

Consideremos (44)

(44) Um homem caminhava calmamente pela rua quando se lhe juntou outro homem. *O homem* disse ...

Qual é o antecedente de *o homem*? Krahmer e Deemter (1997) procuram resolver casos correspondência parcial em discursos ambíguos como (44) – o exemplo é deles – que a proposta de Van der Sandt não descreve, através do refinamento do algoritmo de modo a definir com precisão o fenómeno de correspondência parcial (*partial match*).

Outra questão importante a que as teorias não têm respondido é a importância dada aos contextos não-linguísticos. Considere-se (45), que configura um exemplo de anáfora associativa (ou *reconstrutiva*):

(45) A Maria comprou um automóvel novo. A caixa de velocidades é automática.

Intuitivamente, a pressuposição *Existe uma caixa de velocidades* despoletada pela expressão definida *A caixa de velocidades*, tem como antecedente *um automóvel*. No entanto, a teoria não dá conta disso, prevendo a acomodação da pressuposição.

Como vimos atrás, David Beaver (1999) aponta para a necessidade de incluir contextos não linguísticos, nomeadamente o senso comum, para a reconstrução do raciocínio do locutor/autor. Num trabalho muito recente, a publicar num volume dedicado aos aspectos formais do contexto, Paul Piwek e Emiel Krahmer (2000), propõem uma variante dedutiva da Teoria da Ligação de Van der Sandt baseada num formalismo matemático – *Construtive Type Theories* – que permite descrever a interacção do contexto cognitivo. Consideram as pressuposições como brechas (*gaps*) que têm de ser preenchidas com informação contextual, informação que pode ter origem no contexto linguístico – o discurso precedente – ou no contexto não linguístico – o conhecimento do mundo.

8. Conclusão

Não restam já dúvidas que a informação pressuposta por certas expressões ou construções linguísticas desempenha um papel importantíssimo na interpretação dos discursos. Áreas como o Processamento da Linguagem Natural e a Inteligência

Artificial, tentam desenvolver os modelos que descrevam tão adequadamente quanto possível a forma como se processa a interpretação da pressuposição.

Ainda que, tanto quanto sei, pouco estudada entre nós, a pressuposição continua a ser objecto de investigação e a aparecer como instrumento de descrição em questões mais ou menos clássicas como o tratamento do pronome, de quantificadores, se subordinação modal, de foco, etc.. Poderá vir a servir também para descrever algumas especificidades do Português?

Bibliografia

- BARBOSA, J. (1997) – *Pressuposição e actualização da informação*. Diss. de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BEAVER, David I. (1993a) – “The Kinematics of Presupposition”. In: Kamp, H., ed. – *Presupposition*. DYANA-2, deliverable R2.2A, University of Amsterdam, 33-38.
- BEAVER, David I. (1993b) – “Kinematic Montague Grammar”. In: Kamp, H., ed. – *Presupposition* DYANA-2, University of Amsterdam, 73-133.
- BEAVER, David I. (1996) – “Presupposition”. In: Benthem & Meulen, eds. – *The Handbook of Logic and Language*. Amsterdam, Elsevier, 939-1008.
- BEAVER, David. (1999) – “Presupposition accommodation: a plea for common sense”. In: J. Moss, Ginzburg, e Rijke, eds. – *Logic Language and computation*., CSLI Press..
- GEURTS, Bart. (1996) – “Local satisfaction guaranteed: a presupposition theory and its problems.” *Linguistics and Philosophy* 19: 259-294.
- GEURTS, Bart. (1999) – *Presuppositions and pronouns*. Amsterdam, Elsevier.
- GRICE, H.P. (1975) – “Logic and conversation”. In: Cole & Morgan, eds. (1975) – *Syntax and semantics 3: Speech Acts*. New York, Academic Press.
- HEIM, Irene (1982) – *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*, PhD thesis, University of Massachusetts, Amherst.
- HEIM, Irene (1983a) – “File Change Semantics and the Familiarity Theory of Definiteness”. In: Bäuerle, Schwarze & Stechow, eds. – *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin, Walter de Gruyter, 164-189.
- HEIM, Irene (1983b) – “On the Projection Problem for Presuppositions”. *Proceedings of the Second West Coast Conference on Formal Linguistics*, Stanford University, 114-125. (Repr. in: Davis, S., ed. (1991) – *Pragmatics*. New York, Oxford University Press, 397-405)
- HEIM, Irene (1992) – “Presupposition Projection and the Semantics of Attitude Verbs”. *Journal of Semantics*, 9, 183-221.
- KARTTUNEN, L. (1973) – “Presuppositions of compound sentences.” *Linguistic Inquiry* IV (2): 169-193.
- KARTTUNEN, L. (1974) – “Presuppositions and Linguistic Context.” *Theoretical Linguistics* 1: 181-184.
- KRAHMER, E. (1996) – “Presuppositional Discourse Representation Theory”. In: *Proceedings of the Tenth Amsterdam Colloquium*, P. Dekker and M. Stokhof (eds.). ILLC, Amsterdam, 499-518. (<http://ipo.tue.nl/homepages/ekhramer>)
- KRAHMER, E. and K. Van DEEMTER (1997) – “Presuppositions as anaphors: Towards a full understanding of partial match.” In Dekker and M. Stokhof, P., eds. – *Proceedings of the 11th Amsterdam Colloquium*, ILLC, Amsterdam, 205-210.

- LEVINSON, S. C. (1983) – *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEWIS, D. (1979) – “Scorekeeping in a Language Game”. *Journal of Philosophical Logic*, 8, 339-359.
- PIWEK, P. and E. KRAHMER (2000) – “Presuppositions in context: constructing bridges”. In: P. Bonzon, Cavalcanti, M and Nossur, R., – *Formal Aspects of Context*. Kluwer Academic Publishers. Applied Logic Series, vol. 20.
- KAMP, H. and U. REYLE (1993) – *From discourse to logic*. Dordrecht, Kluwer.
- VAN DER SANDT, Rob A. (1987) – “Presupposition and Discourse Structure” In: Groendijk & Jeroen, eds – *Proceedings of the 6th Amsterdam Colloquium*. Amsterdam, ILLC. (Reed. em Van der Sant (1989))
- VAN DER SANDT, Rob A. (1988) – *Context and Presupposition*. London, Croom Helm.
- VAN DER SANDT, Rob A. (1989) – “Presupposition and Discourse Structure”. In: Bartsch, R., Benthem, J. van Emde, eds., 267-194.(Reedição de Van der Sandt (1987))
- VAN DER SANDT, Rob A. (1990) – “Text Structure and Discourse Structure” (*handout*). Second European Summer School on Logic, Language and Information, Leuven.
- VAN DER SANDT, Rob A. (1992) – “Presupposition Projection as Anaphora Resolution”. *Journal of Semantics*, 9, 333-377.